

ROMPENDO DICOTOMIAS: O COTIDIANO DO TRABALHO DAS MULHERES RURAIS

Karolyna Marin Herrera¹

RESUMO

O artigo discute elementos do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres, que englobam os trabalhos domésticos e de cuidados em sua articulação com o trabalho produtivo. Fundamenta-se nos estudos das relações sociais de gênero e da problematização sobre a divisão sexual do trabalho, propostos nas construções teóricas da sociologia do trabalho e da sociologia rural. Esta articulação desvela pontos de tensão na busca pela equidade de gênero, seja no que se refere às tarefas e funções designadas prioritariamente para as mulheres e homens, seja na sobrecarga de trabalho e desigualdade de tempo de dedicação nas tarefas. Além disso, o artigo aponta para uma limitação da compreensão do trabalho cotidiano das mulheres por meio de abordagens que priorizam o trabalho produtivo na agricultura familiar, em contraposição ao trabalho reprodutivo. Neste sentido, o trabalho cotidiano das mulheres rompe com dicotomias e permite refletir suas ações para além da compreensão da atividade agrícola como meramente produtiva.

Palavras-chave: Trabalho doméstico, Trabalho de cuidados, Divisão sexual do trabalho, Mulheres rurais.

BREAKING DICHOTOMIES: THE EVERYDAY WORK OF RURAL WOMEN

ABSTRACT

The article discusses elements of reproductive work performed mainly by women, which include housework and carework in its articulation with productive work. This reflection is based on studies of gender social relations and sexual division of labor, proposed in the theoretical constructions of labor sociology and rural sociology. This articulation creates stress points in the pursuit of gender equity, whether it refers to the tasks and functions assigned primarily to women and men, work overload and unequal time spent on tasks. In addition, the article points to a limitation of women's understanding of daily work through approaches that prioritize productive work in family farming, as opposed to reproductive work. In this sense, the daily work of women breaks with dichotomies and allows reflecting their actions beyond the understanding of agricultural activity as merely productive.

Keywords: Housework, Care work, Sexual division of labor, Rural women.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar como categoria social apresenta uma estreita relação entre a posição social, profissional e familiar de agricultores e agricultoras (Brumer; Anjos, 2008). A cooperação entre os diversos membros da família na atividade agrícola e/ou nas demais atividades no estabelecimento rural, que incluem o trabalho produtivo, o trabalho doméstico, de cuidados, lazer, sociabilização, dentre outras, é percebida por determinados estudos realizados nesta área como sendo executada de maneira harmônica e em equilíbrio no âmbito da família.

¹ Doutora em Sociologia Política-UFSC. Professora Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural- CCA/UFSC. E-mail: karolynaherrera@yahoo.com.br

Tal aspecto é corroborado por pesquisas que tratam a família rural como uma unidade, ou seja, como um coletivo que interage e atua em prol de um objetivo comum. Isto porque, na agricultura familiar, a família usualmente conta com a mão de obra dos membros que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento (Abramovay, 1992), o que leva os/as pesquisadores/as a analisarem a unidade familiar como um todo coeso. Pensar na família seria, nessa perspectiva, pensar no bem-estar de todas e todos que a compõem.

Estudos realizados por Paulilo (1987, 2004, 2010, 2016), Stropasolas (2006), Menezes (2012), Abramovay et.al. (1998), dentre outros, colaboraram para ampliar as perspectivas analíticas que consideram a unidade familiar também como um espaço de tensões, de relações hierárquicas e de dominações, dos homens sobre as mulheres e dos pais sobre as filhas e filhos. Contudo, embora as contribuições desses autores sejam fundamentais, a incorporação das perspectivas de gênero² e geração nos estudos rurais, nas análises sobre a organização familiar, seguem sendo tratadas como marginais às abordagens dominantes.

Na organização familiar, os papéis sociais são negociados entre os membros com desigualdade de poderes, assim como os interesses, os desejos e as necessidades de cada membro são disputadas e, deste modo, observa-se as diferenciações dos papéis sociais, condicionados através de vivências, símbolos e representações que se reproduzem no cotidiano familiar, resultando em uma situação de opressão e subordinação de alguns de seus membros, principalmente de mulheres e seus dependentes.

A forma de construção da família como uma unidade de 'autogestão' (Miguel; Biroli, 2014, p. 48) promove a reprodução das desigualdades de gênero, que, ao naturalizar o papel do homem e da mulher, favorece arranjos que estabelecem relações hierárquicas, sendo a divisão sexual do trabalho um fator relevante na reprodução dessas desigualdades.

Para Durán (2000b, p. 221), ao se estabelecer uma divisão no trabalho cria-se um correlato axiológico, ou seja, uma atribuição de capacidades e valores a cada uma das qualidades do trabalho e dos sujeitos da relação social prescrita, dispondo as bases para suportar tal relação. Neste sentido, a divisão sexual tem dois organizadores, o da separação, situação na qual diferenciam-se os trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, circunstância em que o trabalho dos homens 'vale' mais que o das mulheres (Kergoat, 2009). Nesta divisão, o homem é responsabilizado pelo trabalho produtivo e a mulher pelo trabalho reprodutivo, ou seja, os trabalhos doméstico e de cuidados (*care*³).

² O conceito de gênero é um dos principais instrumentos teóricos utilizados pela produção acadêmica feminista e é definido por uma de suas mais relevantes teóricas, Joan Scott (1995), como a organização social da diferença sexual percebida.

³ No Brasil, o termo *care* foi adotado de forma ampla pelas pesquisadoras desta temática, pois abarca a polissemia do conceito: cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care* (Hirata, 2010). Neste artigo, são utilizados os termos trabalho de cuidados e *care* indistintamente, pois ambos os termos se referem ao significado enunciado por Hirata (2010).

A divisão sexual do trabalho conforma as formas de sociabilidade na vida cotidiana⁴ das famílias. Nesse contexto, o trabalho integra o movimento interno do vivido no dia a dia das pessoas (Ávila; Ferreira, 2014), e a lógica do trabalho produtivo acaba por se impor sobre a do trabalho reprodutivo. Nesta dinâmica, o papel das mulheres está comumente subordinado, uma vez que é assentado na reprodução, justificado pelo argumento da maternidade e na naturalização de seu papel nas atividades domésticas e de cuidados.

Isso se dá porque, apesar de o trabalho reprodutivo ter grande significado para o bem-estar, para a reprodução biológica e social dos indivíduos, este tipo de trabalho não tem caráter mercantil. Por este motivo, é desvalorizado pela sociedade que dele depende para se reproduzir e, também, é invisível por parte da sociedade e para as abordagens econômicas hegemônicas, que, ao não considerar o trabalho reprodutivo como sendo passível de geração de valor monetário, o ignora.

Trabalhos passados e recentes de economistas e cientistas sociais como Hildete Pereira de Melo, Danièle Kergoat, Helena Hirata, Cristina Carrasco, Elizabeth Jelin, Maria Ángeles Durán, Teresa Torns, Bila Sorj, Cristina Bruschini, dentre outras, apontam para a constante desigualdade da condição da mulher, mesmo com as mudanças que se produziram nas relações de gênero na sociedade, nos últimos anos. Conforme afirmam Hirata e Kergoat (2007, p.597), “nessa matéria, tudo muda, mas nada muda”.

Nestas últimas décadas, nota-se a inserção de um maior número de mulheres no mercado de trabalho. Teixeira (2016, p.85), ao interpretar os dados históricos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), afirma:

As mulheres vêm ampliando a sua participação no mercado de trabalho desde os anos de 1970 cujo nível de ocupação, em 1980, já representava um quarto do total de ocupadas no mercado de trabalho (26%), alcançando o percentual de 44%, em 2010, conforme dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2010. Somente nessa última década o crescimento superou duas décadas inteiras.

Entre as mulheres ocupadas com 16 anos ou mais na zona rural brasileira, o relatório da ONU Mulheres de 2016 ressalta que 69,8% estavam dedicadas às atividades agrícolas, em 2003. Esse valor baixou para 57,2%, em 2013⁵.

Observou-se, também, o aumento do grau de escolaridade das mulheres, conforme revelam os dados da PNAD. Entre 2004 e 2014, no Brasil, as mulheres que detinham mais de oito anos de estudos passaram de 48% para 64%, e o percentual de mulheres sem instrução diminuiu de 8,6% para

⁴ Por sociabilidade da vida cotidiana é compreendida as interações sociais dos indivíduos em seu dia-a-dia.

⁵ Os dados para o meio rural não são precisos, conforme afirma o próprio relatório ONU Mulheres, que sistematizou as informações através dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e algumas pesquisas qualitativas publicadas na área. A queda na ocupação agrícola pode ser explicada pela migração rural-urbano.

5%. Adicionalmente, os dados da PNAD evidenciam que as mulheres apresentam escolaridade superior à dos homens (Teixeira, 2016)⁶.

Além de uma maior inserção no mercado de trabalho e do aumento na escolarização, ocorreu uma diminuição do número de filhos por famílias e a ampliação de direitos das mulheres, tanto no meio rural quanto no urbano.

Contudo, pesquisas empíricas e análises do uso do tempo revelam que o aumento da participação das mulheres na esfera pública não reduz as suas obrigações na esfera privada (Melo; Castilho, 2009), pois elas continuam sendo responsabilizadas pelas atividades do âmbito reprodutivo, sem contar com a participação de outros membros da família de forma a dividir as atividades de maneira igualitária. Conforme mencionam Melo e Thomé (2018, p.10), apesar dos avanços no nível educacional e na inserção no mercado de trabalho, persistem as evidências de desigualdade no mercado laboral e na família. Ou seja, as mulheres ao longo da história reivindicaram seus direitos de participação nas esferas privada e pública, contudo, apesar de reconhecidos avanços, suas lutas não resultaram em transformações cotidianas significativas.

Isto quer dizer que, embora as mulheres historicamente tenham conquistado mais autonomia e tenham tido uma maior inserção no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho não resultou em alteração na sua estrutura de desigualdade. Dados da PNAD contínua de 2017 relevam que 92,6% das mulheres realizam afazeres domésticos e de cuidados com as pessoas, enquanto a participação dos homens é significativamente menor. As mulheres dedicam a essas atividades quase o dobro do tempo, com uma média de horas semanais de 20,9 horas, enquanto para os homens a média equivale a 10,8 horas por semana. Nessas situações, as mulheres têm uma jornada média duas vezes maior do que a observada para os homens (IBGE, 2017).

De acordo com a PNAD de 2014, as jornadas de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres rurais, especificamente das mulheres ocupadas em atividades agrícolas, combinando o que se considera trabalho produtivo e afazeres domésticos, totalizavam 52 horas semanais, sendo 29 destas em trabalho reprodutivo e 23 horas em trabalho produtivo (ONU MULHERES, 2016). Os dados aqui são imprecisos, pois, no contexto da invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres rurais, a declaração sobre a ocupação dessas mulheres na atividade agrícola é subvalorizada. O trabalho realizado por elas na esfera produtiva é, muitas vezes, considerado uma ajuda aos pais e aos cônjuges (Paulilo, 2004). Adicionalmente, como a PNAD trabalha com amostras, ela depende da declaração das entrevistadas, sendo comum no meio rural a situação descrita: “as [próprias] mulheres veem os campos em volta de sua moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que

⁶ Os dados da PNAD também denunciam a desigualdade das condições de trabalho e dos rendimentos médios nos trabalhos remunerados.

fazem nos dois espaços, declarando todas as atividades [que realizam] como trabalho doméstico.” (Paulilo, 2013, p.285).

No que concerne à participação masculina nas atividades domésticas e de cuidados, apesar de declararem se dedicar a estas atividades, estudos qualitativos, como a pesquisa organizada por Ávila e Ferreira (2014), evidenciam que mesmo que os homens participem do serviço doméstico, habitualmente o fazem em seu próprio benefício, como, por exemplo, ao cuidarem de sua própria alimentação, ou ao realizarem tarefas que não exigem esforço cotidiano, tal como fazer as compras de produtos para a casa⁷. Nos cuidados com os filhos, doentes ou idosos, os homens quase não estão presentes. As desigualdades na divisão das tarefas reprodutivas revelam que “as mulheres são as principais realizadoras das tarefas de todo dia, inadiáveis, incessantes, repetitivas e incontornáveis.” (Ávila; Ferreira, 2014, p.28).

Ao lado disso, têm-se, também, os arranjos institucionais, formais e informais, expressos na presença ou ausência de instituições públicas ou privadas, tais como, creches, escolas, hospitais, postos de saúde, residências de idosos, dentre outras, que poderiam incidir no tempo de dedicação das atividades reprodutivas. A ausência dessas instituições intensifica os usos do tempo no trabalho reprodutivo e resulta na permanência das desigualdades de gênero, haja vista que, geralmente, são as mulheres que se responsabilizam por esses afazeres, quando as instituições não ocupam esse lugar.

Jelin (2010) menciona, inclusive, a responsabilidade das mulheres pela correta utilização dos serviços públicos e privados disponíveis para as famílias. São elas as responsáveis por procurar as informações, contatar as instituições, agendar consultas, acompanhar reuniões escolares e, no caso da necessidade de utilização de serviços privados disponíveis, são elas que se responsabilizam por compatibilizar os orçamentos domésticos com eventuais acessos a esses serviços. Ademais, a maioria das mulheres adultas, graças a dedicação ao trabalho de cuidados e doméstico, aportam bem-estar cotidiano às sociedades contemporâneas (Torns, 2008).

Na agricultura familiar, além disso, as tarefas realizadas no cotidiano incluem a produção de alimentos para consumo da família e para comercialização, e os cuidados com animais e plantas que integram o sistema produtivo. A produção em hortas, pomares e o trato de animais, principalmente dos animais pequenos, são reconhecidamente tarefas das mulheres, com participação quase inexpressiva de homens.

O trabalho nos arredores da casa, ou seja, com as hortas e pomares e pequenos animais são realizados quase que exclusivamente pelas mulheres, à exceção de uma eventual ausência das mulheres da propriedade, situação na qual os homens se responsabilizam por alimentar apenas os pequenos animais, que não podem ficar sem a alimentação diária. Este fato evidencia a ausência

⁷ A coletânea organizada por Ávila e Ferreira (2014) apresenta uma ampla discussão sobre este tema a partir da investigação do papel de mulheres assalariadas residentes em São Paulo e Recife no trabalho reprodutivo.

sistemática da participação de homens na produção de alimentos nas hortas e pomares, assim como ausência no preparo de alimentos em contextos rurais (Herrera, 2015).

A sobrecarga de trabalho a que estão submetidas, muitas vezes, se constitui em um impedimento para prosseguir na formação escolar, usufruir de tempo para si, utilizar o tempo para o lazer, melhorar a qualificação profissional, ou seja, para construir um projeto de vida independente das necessidades dos membros de suas famílias.

Isto ocorre pois, no âmbito familiar, os ingressos monetários, a boa utilização dos serviços públicos, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados são combinados para que uma melhor qualidade de vida seja possível. Neste ritmo, as mulheres geralmente disponibilizam permanentemente o seu tempo para o serviço da família, sendo que, em muitas situações, esta dedicação se estende para além da família, envolvendo a rede de sociabilidade das mulheres (Jelin, 2010).

Essas interpretações alertam sobre o dilema de como lidar com as exigências do trabalho e das famílias, que são conflitantes e que, muitas vezes, parecem inconciliáveis, especialmente no contexto de invisibilidade e desvalorização do papel que as mulheres têm na sociedade, tanto na sua atuação no trabalho produtivo na agricultura e na pecuária, quanto no que concerne às atividades do trabalho reprodutivo.

Neste sentido, torna-se imperativo problematizar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas de trabalho doméstico e de cuidados para desconstruir a tradicional naturalização do papel das mulheres rurais.

Neste artigo, são apresentados os resultados de uma pesquisa mais ampla, que resultou na tese de doutorado intitulada *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. Por meio dos relatos de experiências vivenciadas por mulheres rurais residentes na região do Oeste Catarinense, obtidos através de entrevistas semiestruturadas e de observação não-participante, foi possível destacar as variedades dos significados dotados ao trabalho cotidiano e, também, compreender a significação que essas mulheres atribuem à configuração social (Elias, 1997) em que estão inseridas, que incluem a vida familiar, o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo⁸.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Os trabalhos domésticos e de cuidados envolvem serviços pessoais para outras pessoas. São atividades que se voltam para as necessidades físicas, intelectuais e afetivas e para outras demandas

⁸ A presente tese foi orientada pela Profa. Dra. Maria Ignez Silveira Paulilo e foi defendida em março de 2019, na Universidade Federal de Santa Catarina. As interlocutoras da pesquisa foram dez agricultoras de diferentes gerações, residentes no Oeste Catarinense.

emocionais de cônjuges, filhos e pessoas idosas, doentes ou com deficiências. Não obstante, o cuidado é um componente do trabalho reprodutivo que não equivale ao trabalho doméstico, é geralmente realizado junto com outras atividades domésticas⁹ (Boris, 2014). Isso envolve as tarefas de casa, tais como, cozinhar, limpar, lavar, fazer compras, dentre outras e a subsistência pessoal, tais como, dar banho, alimentar, acompanhar, transportar, tratar doenças, dentre outras. Os trabalhos domésticos e de cuidados abrangem todos os trabalhos necessários à reprodução da vida cotidiana da família e dos indivíduos que a compõem. O trabalho de cuidados encontra-se entrelaçado com o tecido da vida cotidiana das mulheres, quer elas saiam de casa para trabalhar ou não (Boris, 2014, p. 102).

Adicionalmente, no meio rural as atividades de trabalhos domésticos e de cuidados englobam, invariavelmente, os serviços no entorno da casa – o cuidado com as hortas, os pomares e os pequenos animais –, uma vez que são atividades rotineiras e estão diretamente relacionadas aos cuidados com a saúde e alimentação das famílias. Isso implica um processo de produção de alimentos que usualmente valoriza a qualidade e diversidade dos alimentos, materializando-se em uma produção sem uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos, e que priorize a variedade de cultivos¹⁰.

Nesse contexto, os trabalhos doméstico e de cuidados tem uma ampla variedade de significados, implicam aspectos materiais, afetivos e morais (Martín Palomo, 2008), e englobam uma transversalidade e enorme complexidade, tais como a identidade social de quem executa as tarefas, a pessoa que se beneficia do resultado das tarefas e que recebe o cuidado, a relação entre a pessoa que cuida e a cuidada, a transmissão de responsabilidades entre as gerações de uma mesma família – ou entre vizinhas e pessoas da rede de sociabilidade –, a natureza do trabalho e do cuidado, o âmbito social onde ocorre as relações, o caráter social e econômico (no caso do trabalho ser remunerado) da relação, assim como as relações assimétricas de um ou de outro.

É fundamental questionar a ampla variedade de significados na construção de saberes e competências, nas negociações sobre as relações e as práticas de trabalho doméstico e de cuidados para desconstruir a tradicional naturalização do papel das mulheres. As atividades domésticas e os cuidados, na verdade, vão sendo tecidas progressivamente a partir das práticas cotidianas e das necessidades de cuidado das pessoas.

O interesse em analisar o trabalho das mulheres rurais a partir da perspectiva dos trabalhos domésticos e de cuidados implica dois níveis de análise: no das políticas públicas e no das práticas cotidianas. Na primeira situação busca-se problematizar como são repartidos os cuidados entre o

⁹ Carrasco (2013) também menciona que é difícil uma distinção rígida entre trabalho doméstico e o *care*. Nos bens e serviços produzidos no lar onde não se separam os aspectos afetivo-relacionais da atividade em si, diferentemente dos bens produzidos para o mercado.

¹⁰ Trabalhos como o de Siliprandi (2015) ressaltam o protagonismo das mulheres na produção agroecológica.

Estado, as famílias, os mercados, as redes de sociabilidade; e, na segunda, a análise recai sobre o trabalho executado dentro das famílias, entre gêneros e gerações.

Neste trabalho, o foco está voltado para vida cotidiana, reconstruindo os sentidos que as próprias mulheres dão aos trabalhos domésticos e de cuidados. Através das experiências relatadas pelas mulheres foi possível destacar as variedades dos significados dotados e também entender a significação que estas mulheres dão à esfera em que estão inseridas. A abordagem proposta por Elias (1997) guia a análise empreendida nesta pesquisa, para quem a noção de significação possibilita a compreensão da relação entre indivíduos e sociedade de forma dinâmica, sem que um polo ou outro seja necessariamente privilegiado.

Os trabalhos no cotidiano familiar são concebidos, aqui, a partir da ideia de interdependência dos indivíduos, pois existe uma demanda por trabalho doméstico e de cuidados, e uma oferta diferenciada de atuação. As atividades reprodutivas são, portanto, relacionais e não somente porque existe uma pessoa que realiza os trabalhos doméstico e de cuidados e outras que os recebem. Mas, sim, porque essas atividades pressupõem uma rede de interligações nas quais o atributo do trabalho varia de acordo com a fase de vida dos indivíduos e é provido por uma rede de pessoas (de forma individual, como no caso da relação mãe e filho; ou de forma coletiva, como no caso dos cuidados com idosos, por um grupo de pessoas da mesma família), composta, em sua maioria, por mulheres.

O estudo sobre os trabalhos domésticos e de cuidados constitui-se enquanto uma ferramenta de análise estratégica das mudanças que estão sendo produzidas na sociedade. Os trabalhos domésticos e de cuidados contribuem para trazer à tona o trabalho cotidiano, uma vez que marca um território transfronteiriço com grande potencial para contribuir com a reconfiguração das análises e abordagens existentes, que separam de forma estanque os trabalhos produtivo e reprodutivo. Este artigo, portanto, foca na problematização das relações sociais que engendram e são engendradas pelas dinâmicas das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo no meio rural, a partir da experiência das mulheres rurais em seus cotidianos.

O TRABALHO PRODUTIVO E O REPRODUTIVO

O termo trabalho reprodutivo é utilizado, quase que exclusivamente, em oposição ao trabalho que produz renda, conhecido como produtivo. No entanto, apesar de ser uma denominação adotada por toda a literatura especializada nos estudos de gênero e trabalho, é de conhecimento das especialistas na área as limitações que o termo reprodutivo apresenta (Carrasco, 2013). Entre as quais destaca-se a problemática referente à utilização do termo como oposição ao produtivo, uma vez que a atividade com definição e valoração própria continua sendo, na agricultura familiar, a da produção

mercantil. Neste sentido, a esfera da reprodução somente pode existir na medida em que reflete o seu oposto, ou seja, a esfera da produção.

A segunda problemática refere-se à visão dicotômica¹¹ que essas duas esferas representam, posição esta que vem sendo sistematicamente combatida pelas feministas, pois as dicotomias são sempre prejudiciais às mulheres, que geralmente estão associadas ao polo hierarquicamente inferior.

Adicionalmente, a perspectiva da conciliação entre as duas esferas também resulta problemática. Apesar de ser uma realidade na vida de muitas mulheres, é necessário tomá-la com cautela. Alguns estudos reforçam a capacidade ‘inata’ às mulheres de estarem presentes em muitos espaços e de realizarem tarefas simultâneas. A valorização desta ‘capacidade’ é, na verdade, uma armadilha para as mulheres. Assumir tantas tarefas lhes consome tempo e disposição física e mental, além de limitar a disponibilidade de tempo para projetos pessoais. Neste sentido, evidenciar a habilidade feminina para realizar múltiplas tarefas, resultando em uma conciliação entre as esferas produtivas e reprodutivas, além de correr o risco de reforçar uma visão essencialista da mulher, resulta numa forma de resignação com as estruturas desiguais na divisão do trabalho¹².

A estratégia de separação e contraposição das esferas produtivas e reprodutivas, portanto, tem caráter heurístico e é utilizada no âmbito do conhecimento para analisar a divisão sexual do trabalho, as desigualdades que supõem a atuação de homens e mulheres nestas duas esferas, e também para denunciar a sobrecarga de trabalho a que estão expostas as mulheres. A intenção, ao fazer uso de dois polos, não é tratá-los em oposição e muito menos analisá-los de maneira hierárquica. Esta é uma estratégia analítica utilizada também nesta investigação para compreensão da vivência cotidiana das agricultoras.

Concretamente, neste percurso, de cerca de quarenta anos de problematização do trabalho das mulheres, nenhum dos termos cunhados foi totalmente satisfatório, o que denota a complexidade do tema, que engloba elementos teóricos, históricos, sociais e políticos. As noções de produtivo e reprodutivo são modeladas socialmente e estão em constante utilização por tradições teóricas que abordam a temática, compartilhada por feministas do trabalho e, também, por pesquisadoras dos estudos rurais, conforme discussões recentes realizadas em mesas redondas e grupos de trabalho de importantes congressos, tais como o Seminário Internacional Fazendo Gênero, a Redes de Estudos Rurais e a Asociación Latinoamericana de Sociología Rural (ALASRU).

¹¹ Ao refletir sobre o uso de dicotomias para interpretar o mundo social, Martins (1981) ressalta a condição de ambiguidade que se instalou na sociologia desde seus primórdios e que se tornou uso comum. Nesta situação, ao invés de haver uma evolução na compreensão de determinados fenômenos sociais, são utilizadas categorias consolidadas para analisar o seu oposto antagônico, como no caso dos pares de ideias-elementos: comunidade/sociedade; autoridade/poder; status/classe; sagrado/profano; e alienação/progresso.

¹² Desde a perspectiva econômica, Carrasco (2013, p.41) aponta mais uma problemática. Segundo a autora, “en economía se conoce como enfoque reproductivo a aquella perspectiva de análisis que tiene en cuenta no solo los procesos productivos, sino también las condiciones de reproducción de dichos procesos. Estos enfoques, a nivel teórico, comienzan con David Ricardo, continúan con Carlos Marx y actualmente han sido desarrollados por la llamada escuela sraffiana”

No entanto, quando a perspectiva analítica é trocada para uma visão não androcêntrica, deixando de analisar a situação das mulheres a partir da perspectiva construída pela experiência masculina – situação na qual, em uma sociedade cujo modelo está baseado nas relações patriarcais, a análise a partir do trabalho produtivo expressa a participação das mulheres dentro de um espaço predominantemente masculino –, é possível abranger a experiência das mulheres como eixo central para a compreensão das relações sociais estabelecidas no espaço rural.

Neste contexto, o trabalho reprodutivo, principalmente o trabalho de cuidados, é visto não somente como ‘mais uma tarefa’ a ser realizada. Sem negar a indubitável sobrecarga de trabalho na vida das mulheres, voltar o olhar para a experiência delas no trabalho cotidiano permite evidenciar a centralidade que o trabalho de cuidados tem para a vida, atuando como um eixo organizador das relações sociais engendradas no meio rural.

‘TRABALHO DE FORA’ E ‘TRABALHO DE DENTRO’: A EXPERIÊNCIA DAS MULHERES NO TRABALHO DOMÉSTICO E DE CUIDADOS

Da incursão no universo empírico, emergiram limitações do uso da dicotomia entre as esferas produtiva e reprodutiva, como insuficientes para compreender a vivência das mulheres rurais no cotidiano do trabalho em sua plenitude. As denominações ‘trabalho de fora’ e ‘trabalho de dentro’, utilizadas pelas mulheres ao narrarem os seus cotidianos, são representativas de como os termos produtivo e reprodutivo não são suficientes para abarcar as suas experiências. Elas próprias segregam espacialmente as suas tarefas, configurando os locais em que atuam como dentro de casa e fora de casa. Tudo o que fazem em seus cotidianos constitui-se em trabalho.

A partir das experiências das próprias mulheres, foi possível apreender a centralidade do *care* em seu cotidiano, haja visto que elas exercem atividades de reprodução social e sustentabilidade da vida (Torns, 2008) por meio de seus papéis no trabalho doméstico e de cuidados, e também no trabalho produtivo. As mulheres fluem de um polo a outro, atuando concomitantemente nas esferas produtivas e reprodutivas, sendo que a qualidade do trabalho varia de acordo com o momento de vida delas¹³ e das necessidades dos demais¹⁴.

¹³ Ao relatarem suas experiências no trabalho cotidiano, as agricultoras marcam sua narrativa em três momentos da vida: ‘Infância e Adolescência’, ‘Após o Casamento’ e ‘Tempo Presente’. O tempo da ‘Infância e Adolescência’ é marcado pela centralidade da autoridade do pai, pela iniciação no trabalho e pela responsabilização progressiva por atividades das lidas agrícola e doméstica. O momento ‘Após o Casamento’, por sua vez, marca o momento que elas deixam a propriedade dos pais e começam a viver em outro estabelecimento rural junto com o marido e, em alguns casos, junto com o marido e a sua família. Após o casamento, elas assumem a responsabilidade de suas próprias casas e a organização do trabalho passa a ser conduzida pela divisão das responsabilidades entre os membros da família que estão formando. A alusão ao ‘Tempo Presente’, por sua vez, remete-se à presença da pesquisadora concomitante às atividades e relatos das agricultoras sobre o momento presente de suas vidas. (Herrera, 2019)

¹⁴ Ao contrário de uma concepção essencialista que compreende como inato das mulheres a atuação nas atividades domésticas e de cuidados, a percepção de que o trabalho se adapta a partir das necessidades dos demais permite compreender que este é um trabalho que exige um aprendizado constante. Tronto (2007) argumenta que a atribuição

As atividades que realizam ao longo do dia partem das necessidades dos filhos, do marido, dos familiares, dos animais e das plantas que compõe a unidade familiar, e das atribuições nas atividades agropecuárias, dedicando seu tempo integralmente às famílias e ao estabelecimento rural. Elas passam o dia entrando e saindo de casa para trabalhar nestes dois espaços, independente da natureza da atividade realizada, o que desmistifica a ideia de que há um trabalho de mulher e um trabalho de homem.

No sistema de produção sobre o qual se assenta o trabalho produtivo familiar, verifica-se que este é um espaço de responsabilidade do homem, conferindo-lhe a legitimidade necessária para exercer sobre ele o seu controle, que envolve a tomada de decisão sobre a atividade produtiva, a gestão e a centralização dos recursos financeiros que venham a ser ali gerados. Em uma análise sobre a participação das mulheres nesse espaço é possível observar que ele é marcado pela falta de autonomia feminina na tomada de decisão da atividade produtiva e na gestão da propriedade, configurada, também, pela frequente ausência da posse da terra- haja vista que tradicionalmente as mulheres não herdaram terras no meio rural- e de renda como contraparte ao trabalho produtivo empenhado por elas.

Neste tipo de situação, mesmo que as análises da participação das mulheres no sistema produtivo pretendessem tão e quão somente verificar a participação feminina no processo produtivo, acabam por evidenciar a parte que lhes cabe (ou a que não lhes cabe) no universo masculino. Estas análises revelam, justamente, a desigualdade de poder em uma esfera que é entendida socialmente como de responsabilidade do homem, com participação das mulheres.

É necessário, assim, se precaver com a simplificação da compreensão do trabalho das mulheres a partir da noção de trabalho produtivo. Por vezes, ele é tão reduzido em sua compreensão, de modo que o trabalho exercido pelas mulheres nos espaços rurais se torna irreconhecível. Por isso é dito, muitas vezes, que é um trabalho invisível (Aguilar, 2016).

Apesar desta noção ser muito útil para denunciar a situação de desigualdade e invisibilidade social e econômica, ela não é suficiente. Assim como não é suficiente se restringir a iluminar a importância do papel das mulheres nas atividades de produção. Pois, se esta percepção é continuamente aprendida a partir da experiência masculina, ela acaba se apresentando como a única opção possível e impede de analisar as realidades, a não ser através das lentes fornecidas pelo paradigma dominante, que valoriza o trabalho produtivo em detrimento de seu oposto dicotômico, o reprodutivo.

Neste caso, a visão centrada na atividade produtiva familiar acaba apenas por evidenciar as diversas formas de hierarquização e dominação no meio rural, sendo suficiente para destacar as

específica das mulheres ao trabalho de cuidados resultou na circunscrição das mesmas em um determinado espaço ou comportamento, geralmente destituído de poder político.

relações desiguais e o sistema de hierarquia familiar. O risco deste tipo de abordagem é o de reforçar, ao invés de romper, a forma como a divisão sexual do trabalho está estruturada.

Quando o olhar é voltado para as experiências das mulheres em seus cotidianos, ao invés de se limitar às razões iminentes ao trabalho produtivo, o eixo estruturante passa a ser os trabalhos doméstico e de cuidados, que são constituintes das relações estabelecidas no espaço rural. Diferentemente do trabalho produtivo, cujo objetivo final é a produção de um bem que possibilite obter um benefício econômico, os trabalhos doméstico e de cuidados têm como característica o contato direto com as pessoas, com as plantas e com os animais. O que faz com que o estabelecimento rural se torne o local primordial no qual os integrantes do núcleo familiar nascem, desenvolvem as suas primeiras experiências, amadurecem e vivem. Ou seja, é neste lugar em que são realizadas as partes mais importantes da vida cotidiana, relacionadas aos interesses e necessidades que vão além da mera participação no mercado.

Ao recuperar a experiência das mulheres no meio rural é possível reconhecê-las como protagonistas, conferindo-lhes uma compreensão oposta às posições secundárias ou subalternizadas sustentadas por narrativas dominantes. Suas vidas extrapolam o paradigma hegemônico, pois estão baseadas na vivência cotidiana de forma ampliada, que, embora seja determinada por estruturas sociais cristalizadas ao longo do tempo, rompem com a forma dominante de enxergar o mundo, pois as atividades realizadas pelas mulheres estão voltadas para os cuidados com as necessidades das pessoas, com as plantas e com os animais, com os afetos e com a manutenção da vida.

Atividades estas que ao longo da história permitiram que a sociedade se reproduzisse não somente em termos biológicos, mas também em termos sociais e econômicos, desenvolvendo vínculos e relações essenciais para a existência humana, uma vez que representam a expressão do trabalho fundamental para a manutenção da vida e da força de trabalho. Todas as atividades executadas por elas estão interligadas e se condicionam mutuamente, pretendendo, com isto, propiciar aos seres vivos (a família, os animais e as plantas) do estabelecimento rural uma melhor qualidade de vida de forma plena e integral.

Os relatos das agricultoras participantes da pesquisa aqui apresentada, sobre as suas experiências no trabalho cotidiano, evidenciam a repetição, o excesso de tarefas realizadas simultaneamente, a sensação de falta de tempo, de acúmulo de serviço ainda por fazer e também as obrigações morais e afetivas com as tarefas de suas responsabilidades. O sentido que atribuem ao trabalho em suas vidas está emaranhado em seus cotidianos, por esse motivo, ao narrarem seus cotidianos, separam espacialemente as atividades em ‘trabalho de fora’ e ‘trabalho de dentro’ da casa, não importando se a atividade tem caráter produtivo ou reprodutivo.

Estas atividades são como um amálgama em suas vidas. Pois as agricultoras associam as suas ações no trabalho com o lugar da mulher, representado pelos papéis de filha, de esposa e de mãe.

Justificam as suas atribuições utilizando-se dos componentes morais da obrigação e da responsabilidade (Tronto, 2007) e, também, pelo afeto que sentem com seus familiares, com as plantas e com os animais. O sentimento de culpa parece, também, perseguir suas trajetórias, pois, sempre paira a sensação de que poderiam ter feito um pouco mais pelos outros.

Apesar desta significação dotada pelas interlocutoras da pesquisa conotar uma posição essencialista das mulheres, elas não aceitam sua condição sem reflexão crítica e conflitos internos. As mulheres têm plena consciência de que seus papéis são centrais para a manutenção da vida e para o bem-estar e reconhecem que são peças fundamentais para suas famílias e para o bom funcionamento do estabelecimento rural. Além disso, elas se sentem sobrecarregadas e cansadas, e manifestam o desejo de que suas vidas fossem diferentes, principalmente no que se refere à diminuição da carga de trabalho.

Apesar da sobrecarga de trabalho, a divisão de tarefas com os companheiros e com os filhos homens não é considerada por elas, pelo contrário, elas valorizam as escassas atuações deles nos serviços doméstico e de cuidados (geralmente materializado em atividades como enxugar a louça, guardar a louça, trocar lâmpadas, consertar eletrodomésticos ou acender o fogão a lenha), ressaltando suas atuações como ajudantes. Observa-se que, ao valorizarem os papéis dos homens no trabalho reprodutivo, elas pretendem apreciar o ideal de trabalho realizado no âmbito da família, que estaria relacionado à divisão igualitária de tarefas.

Contudo a ajuda concedida por eles tem um peso completamente diferente da atuação delas no trabalho produtivo. A denominação ‘ajudante’ para ambos os gêneros evidencia que a atribuição dada às mulheres se remete à sua posição hierarquicamente inferior nas famílias e não pela qualidade e quantidade do serviço executado. Por sua vez, a posição de ‘ajudante’ dos membros do sexo masculino no trabalho doméstico e de cuidados consubstancia-se em um auxílio periférico e não obrigatório, dada a pouca participação deles nestas atividades.

A falta de divisão de tarefas resulta em uma maior intensividade e extensividade (Ávila, 2009) da jornada de trabalho das mulheres, agravada pela forma como a herança da terra foi forjada em suas vidas e pelas suas origens étnicas. As estruturas sociais patriarcais contribuem para que elas sejam desprovidas dos meios de produção, e estejam submetidas à autoridade de seus maridos e, eventualmente, de seus sogros.

O controle da vida cotidiana das agricultoras se dá a partir do ritmo do trabalho, especialmente porque elas sentem que não existe outra alternativa que não a de dispor de seu tempo para as famílias. O tempo que elas dispõem nas tarefas do estabelecimento rural está longe de ser uma escolha voluntária. A subalternidade de seus tempos se deve a suas posições desiguais na estrutura familiar, pois a perpetuação da divisão sexual do trabalho usurpa o tempo das mulheres. Em meio a uma jornada interminável, é manifesto o desejo de mais tempo para si e para o lazer.

Com relação à divisão espacial das atividades atribuída pelas agricultoras, ou seja, o ‘trabalho de fora’ e o ‘trabalho de dentro’ da casa, sendo o trabalho doméstico realizado primordialmente dentro da casa ou em seu entorno, por meio de atividades como lavar, passar, cozinhar, limpar e consertar, resta evidente que estas tarefas são realizadas quase que integralmente dentro de casa. Pressupondo, indubitavelmente, a indissociabilidade entre os trabalhos doméstico e de cuidados, como menciona Boris (2014); ou seja, as ações dos serviços domésticos estão vinculadas mutuamente aos serviços de cuidados. Não obstante, o trabalho de cuidados é uma atividade que transborda o espaço da casa. O *care* flui entre um espaço e outro e, também, paira entre os dois espaços, uma vez que é realizado tanto em prol das pessoas, quanto das plantas e dos animais. Resta evidente que o *care* extrapola as atividades de cunho reprodutivo e está presente também no âmbito da produção.

O cuidado é um fato no cotidiano das pessoas, um elemento organizador de suas relações e mantém-se inseparável da pessoa que o realiza. O objetivo do cuidado não se resume a um produto acabado, pois consubstancia-se nas relações entre pessoas ou entre pessoas com outros seres vivos, como animais e plantas. Ou seja, constitui-se em uma etapa determinada do ciclo da vida ou em momentos que podem mudar ao longo da vida, dependendo do grau de vulnerabilidade das pessoas, dos animais e das plantas. Assim, o seu objetivo não se direciona para a produção de um serviço ou de um bem, mas antes, e de forma mais relevante, visa a relação que se estabelece entre as pessoas durante o processo de interdependência, ou seja, um vínculo criado em relação a outros. Além de visar as necessidades que se pretende satisfazer, é impulsionado por uma motivação na relação que advém do ato de cuidar, atrelada ao afeto e/ou à obrigação e responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre os trabalhos cotidianos no meio rural implica descortinar aspectos menosprezados e tornar de interesse público as questões relativas à reprodução social, ao bem-estar, à dependência, à fragilidade e/ou à carência total, parcial ou temporal da autonomia dos indivíduos. Esta perspectiva parte de uma análise ampla das relações sociais organizadas em torno da vida cotidiana.

A experiência das mulheres na vida cotidiana rompe com as categorias analíticas dicotômicas expressas nos termos produtivo e reprodutivo. Isto se torna bastante evidente quando o objeto de análise está voltado para a vivência das próprias mulheres rurais. O espaço rural é, neste ponto de vista, um *locus* privilegiado de análise, pois, como os homens e as mulheres não se deslocam do estabelecimento rural para exercer as suas atividades, torna-se indiscutível a insuficiência da dicotomia produtivo e reprodutivo para compreender a experiência de trabalho das mulheres na vida cotidiana. O contrário sucede no meio urbano, em que as pessoas se dirigem a outro local para exercer

o trabalho remunerado. No caso do meio rural, a separação espacial das atuações nas esferas produtivas e reprodutivas dificulta a visualização da sobreposição destas esferas.

Apesar desta análise recair sobre o trabalho das mulheres rurais no cotidiano familiar, não se pretende, com isto, insinuar que este é um assunto privado das famílias. A defesa de relações mais justas e democráticas na esfera privada, representada pela divisão igualitária das atividades essenciais para a manutenção da vida, expõe a necessidade de discutir sobre as implicações resultantes da falta de participação paritária de mulheres e homens na vida pública, conforme advogam Miguel e Biroli (2014).

Relações mais igualitárias no trabalho reprodutivo permitiriam dispensar as mulheres de determinadas atividades e possibilitar-lhes disponibilidade de tempo livre para que possam ampliar as diferentes formas de participação em outras esferas, além de poderem usufruir de tempo para si. Isto pode ser determinante para que haja possibilidade de modificar as suas trajetórias pessoais, estimulando-as a exercitar a autonomia e a capacidade de decisão sobre os seus desejos pessoais, para além das necessidades e desejos da esfera familiar.

Neste sentido, as mulheres podem assumir, caso desejem, mais espaço de participação na vida política. Quando as mulheres se sentem impedidas de participar da esfera política, muitas vezes em função da falta de tempo devido à sobrecarga de trabalho resultante da estrutura desigual forjada no interior das famílias, reduzem-se as possibilidades de que a agenda das necessidades das mulheres, a partir de suas experiências no âmbito reprodutivo, sejam inseridas nos debates políticos (Biroli, 2015).

Os temas resultantes das atividades do trabalho doméstico e de cuidados devem ser inseridos na agenda política (Tronto, 2007; Biroli, 2015), haja vista que os serviços domésticos e as relações de cuidado não estabelecessem relações igualitárias. Isso possibilitaria uma compreensão alargada dos mecanismos de reprodução de vantagens e desvantagens para os indivíduos e grupos sociais. Longe de ser um problema pessoal, é um problema político, de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Anpocs/Edunicamp/Hucitec, 1992, 275p.

ABRAMOVAY, Ricardo.; SILVESTRO, M. L.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T., FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. *Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios*. 2. ed. Brasília: Unesco, 1998. 104 p.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. Mulheres rurais, movimento social e participação: reflexões a partir da Marcha das Margaridas. *Política & Sociedade*. V.15, p.261-295, 2016. Disponível em: << <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p261/33804> >> Acesso em: 24/02/2019.

- ÁVILA, Maria Betânia. *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2009.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. Trabalho produtivo e reprodutivo no cotidiano das mulheres brasileiras. In: *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. Recife: SOS Corpo, 2014. 105 p.
- BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. *Rev. Bras. Ciênc. Polít.*, Brasília, n.18, p.81-117, set./dec. 2015. Disponível em: << http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000400081&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt >> Acesso em: 24/02/2019.
- BORIS, Eileen. Produção e reprodução: casa e trabalho. *Tempo Social*, São Paulo, v. 26, n.1, p. 101-121, jun. 2014.
- BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, São Paulo, v.11, n.12, p.6-17, jan./jun. 2008.
- CARRASCO, Cristina. El cuidado como eje vertebrador de una nueva economía. *Cuadernos de Relaciones Laborales*, Madrid, v. 31, n. 1, p. 39 -56, abr. 2013. Disponível em: << <http://revistas.ucm.es/index.php/CRLA/article/view/41627/39688> >> Acesso em: 24/02/2019.
- DURÁN, María Ángeles. Uso del tiempo y trabajo no remunerado. *Revista de Ciências Sociais*, São Paulo n. 18, p. 56-69, 2000.
- ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. 202 p.
- HERRERA, Karolyna. *Da invisibilidade ao reconhecimento: uma análise do papel da mulher rural a partir da perspectiva da multifuncionalidade agrícola*. Dissertação. (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. 133 p.
- HERRERA, Karolyna. *A jornada interminável: a experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais*. Tese. (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. 227p.
- HIRATA, Helena. Teorias e práticas do *care*: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos de debate. In: FARIA, Nalu; MONTEIRO, Renata (Org.) *Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva, 2010. 80 p.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez., 2007.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio Contínua (PNAD), 2017*. Disponível em: << <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20911-pnad-continua-2017-realizacao-de-afazeres-domesticos-e-cuidados-de-pessoas-crece-entre-os-homens-mas-mulheres-ainda-dedicam-quase-o-dobro-do-tempo> >> Acesso em: 15/12/ 2018.
- JELIN, Elizabeth. *Pan y afectos: la transformación de las familias*. 2. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. 224 p.
- KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67.
- MARTÍN PALOMO, María Teresa. Los cuidados y las mujeres en las familias. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 45, n. 2, p. 29-48. 2008.

- MARTINS, José de Souza. As coisas no lugar: da ambiguidade à dualidade na reflexão sociológica sobre a relação cidade–campo. In: MARTINS, José de Souza (Org.). *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.
- MELO, Hildete Pereira de; THOMÉ, Débora. *Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MENEZES, Marilda Aparecida de. Família, juventude e migrações. *Revista Antropológicas*, Recife, v. 23, n.1, p. 119-143, 2012.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e Política*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ONU MULHERES. *Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social*. (Encarte Brasil). Brasília: ONU, 2016.
- PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, v. 5, n.28, p. 64-70, 1987.
- _____. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n.1, p. 229-252, jan./abr. 2004.
- _____. FAO, fome e mulheres rurais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 56, n. 2, p. 285-310, 2013.
- Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 927, set. 2010.
- _____. *Mulheres Rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: UFSC, 2016. 383 p.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v.20, n.2, p.71-99, 1995.
- SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015. 351 p.
- STROPASOLAS, Valmir Luiz. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: UFSC, 2006. 345 p.
- TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Avanços e continuidades para as mulheres no mundo do trabalho (2004-2014). *Revista da ABET*, v. 15, n. 1, p. 84- 99. jan./ jun. 2016.
- TORNS, Teresa. El trabajo y el cuidado: cuestiones teóricometodológicas desde la perspectiva de género. *Revista de Metodología de Ciencias Sociales*, n. 15, p. 53-73, enero/jun., 2008. Disponível em: << <https://core.ac.uk/download/pdf/78523583.pdf> >> Acesso em: 24/02/2019.
- TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007. Disponível em: <<<http://www.scielo.br/pdf/se/v22n2/03.pdf>>> Acesso em: 24/02/2019.